



**CNCD/LGBT**

**Conselho Nacional de  
Combate à Discriminação  
e Promoção dos Direitos de  
Lésbicas, Gays, Bissexuais  
Travestis e Transexuais**

**41ª REUNIÃO ORDINÁRIA– CONSELHO NACIONAL  
DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LGBT  
CNCD/LGBT**

**Ata da ordem do dia 30 de novembro de 2017.**

## **ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD – CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT**

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, teve início a quadragésima primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, na Sede do Ministério dos Direitos Humanos, situada no Setor Comercial Sul – B, Quadra 9, lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º andar. Estiveram presentes os membros do Conselho: Presidente Interino do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, Sr. Zezinho do Prado – CNTE; Washington Luiz Dias – Rede Afro LGBT; Keila Simpson – ANTRA; Patrícia Mannaro – Aliança Nacional LGBTI; Jovanna Cardoso da Silva – FONATRANS; Danielle da Silva Santa Brígida Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; Delmiro José Carvalho Freitas – CUT; Luma Nogueira de Andrade – ABEH;; Mirla Cisne Álvaro – CFESS; Daniel Costa – FONAJUNE; José Felipe dos Santos – ARTGAY; Cássio Guilherme Maciel dos Santos – ARTGAY JOVEM; Tathiane Aquino Araújo – REDE TRANS; Priscila de O. Moregola – OAB; Jéssica Rodrigues – Ministério da Saúde; Marina Reidel – Ministério dos Direitos Humanos (Secretaria Nacional de Cidadania); Maria José Batista dos Santos – Ministério dos Direitos Humanos (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); Irina Abigail Teixeira Storni – Ministério dos Direitos Humanos (Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres); Fábio Costa de Souza – Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda . **O presidente faz uso da palavra:** São 09:54, temos o Quórum. As pessoas têm em mãos a pauta da quadragésima primeira reunião ordinária, vamos se tem algum pedido de inversão de pauta. Em não havendo, o Presidente prossegue, informando sobre as pautas da Reunião da Mesa Diretora: 1) apresentação da proposta de que o Pleno tenha dois dias e meio de reunião, com a possibilidade de se trazer convidados e convidados/as para debates; para que, em dezembro, as Câmaras Técnicas Permanentes possam ter tempo de apresentar um plano de trabalho para o ano de 2018. O Presidente também informa que será apresentada para a votação uma resolução do CNCD/LGBT para garantir agilidade a o envio das passagens, pelo menos com antecedência de cinco (05) dias de cinco. A referida resolução será lida e aprovada, estrategicamente, após a fala do Secretário adjunto, Sr. Herbert Barros, já que a compra das passagens está ligada diretamente ao Orçamento da Secretaria. O Presidente inicia a Sessão de Informes das Organizações. **Conselheira Keila Simpson** informa que representará a ANTRA nessa gestão no Conselho, juntamente com sua Conselheira Suplente Bruna Gurgel, do Rio de Janeiro. Acrescenta que ambas se comprometeram em intercalar as respectivas presenças nas Reuniões do CNCD/LGBT. Certa de contar com Vossa preciosa colaboração, despeço-me e aguardo Vossa confirmação. A Conselheira prossegue que no período de 4 a 7 de dezembro a ANTRA realizará a 22ª Edição do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na prevenção da AIDS. O Encontro que acontecerá em Teresina (PI) terá, aproximadamente, a participação de 200 instituições afiliadas. A Conselheira ressalta que, devido ao cenário político, o Encontro já foi adiado por três vezes. Informa que enviou o convite para a ida do CNCD/LGBT ao Encontro, porém obteve recusa do

Gabinete da Ministra Luislinda, em razão da deficiência de recursos. **Conselheiro José Felipe** também menciona disposição da ARTGAY em intercalar as presenças de titulares e os suplentes para que a Entidade possa trazer outras vozes, outras agendas de outras regiões do país e garantir a cidadania dos gays e bissexuais. Também informou que a ARTGAY realizará, nos dias 12 a 14 de Maio de 2018, o seu Quinto Encontro Nacional com as 26 representações dos Estados mais o Distrito Federal. Chama atenção para o fato de que nesse período será eleita a nova coordenação executiva nacional, os espaços de representação nacional dos Conselhos e Comitês de instância de controle social e, a partir de Dezembro, o CNCD/LGBT será, formalmente, convidado para fazer parte da Mesa de Abertura. O Conselheiro solicita o apoio político e institucional do CNCD/LGBT, da Secretaria Nacional de Cidadania, da Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT e das Entidades que tem assento nesse Conselho. Comenta sobre a dificuldade de acompanhar a votação do PSL 612, de autoria da Senadora Marta Suplicy, em decorrência da comunicação incipiente entre a assessoria parlamentar e o Senado Federal. O Presidente Zezinho lembra ao Conselheiro Felipe que o CNCD/LGBT irá propor que haja “ uma Semana de enfrentamento e de combate a violência”. Lembra, também, que há o lançamento do Pacto Nacional Contra a Violência LGBTfóbica. Sendo assim, o Encontro da ARTGAY terá um dia em que as duas atividades estarão acontecendo. ficar a semana inteira. Estou só dizendo isso para depois não, se vocês tiverem ainda tempo para discutir, se não a ARTGAY já sabe que possivelmente o Conselho começa os trabalhos no dia 14. O Conselheiro **José Felipe**: informa que o evento será apoiado pelo Departamento de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais. Portanto, para mudanças de datas a ARTGAY precisará consultar o órgão apoiador. **Conselheira Patrícia Mannaro** propõe ao CNCD/LGBT pensar em uma resolução que busque facilitar o acesso livre das Conselheiras dos Conselheiros ao Congresso Nacional, sobretudo se houver pautas LGBT em votação. A proposta resultou das dificuldades encontradas pelo CNCD/LGBT para chegar até o Plenário do Senado no qual estava acontecendo a votação do PSL 612. Outro tema comentado pela Conselheira Patrícia Mannaro foi a necessidade de acompanhar as agendas de votação do Congresso, pois a sessão de votação do nós tivemos a sessão de votação do PSL 612 encerrada por esvaziamento de quórum. Ou seja: não teve quórum o suficiente, ontem. Lembra que, em um outro momento houve entrave da bancada evangélica, que segurou duas PECS para atrasar a votação, já que precisava de Quórum qualificado e quando chegou na votação do Casamento Homoafetivo Civil, não tinha quórum e a sessão foi adiada. A **Conselheira Daniele** diz ter três informes a dar: O primeiro, é sobre o Seminário Nacional de Direitos Humanos que ocorreu nos dias 8 e 9 de setembro. Uma parceria entre a ABL, a ANTRA e a ABGLT. Acrescenta que durante o Evento foi efetivado o dia 17 de Maio como um dia Nacional de Luta, restando dialogar com algumas instituições de nível nacional: FONATRANS, REDE AFRO e o Conselho Nacional de Direitos Humanos essa agenda. O Segundo informe foi sobre um grande ato, realizado as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, para garantir a efetivação da nossa pauta junto ao movimento feminista durante o 14º EFLAC - Encontro de Feministas da América Latina. Foi apresentado um documento pedindo a ampliação do debate para que todos os grupos feministas pudessem defender as pautas LBT de forma solidária. A Conselheira anuncia a criação da Rede Latino Americana de Mulheres Lésbicas,

Bissexuais e Transexuais, também durante 14º EFLAC . A partir do dia 1 até o 3 de outubro acontecerá o Encontro Nacional ABL, que ocorrerá no Museu da Maré no Rio de Janeiro. **Conselheira Mirla Cisne** reforça a necessidade de se elaborar uma Resolução para que o CNCD/LGBT ter livre acesso ao Senado e a Câmara. **Conselheiro Washington Informa que, apesar das** sucessivas mudanças REDE AFRO LGBT realizará uma (01) Conferência Livre de Negras e Negros LGBT, em Brasília, no período de 1, 2 e 3 de dezembro de 2017. Vai ocorrer aqui na Fundação Cultural Palmares. **O Presidente Zezinho** informa que a CNTE tem 47 entidades filiadas, além dos 26 Estados e do Distrito Federal e dos sindicatos municipais em vários lugares. Acrescenta que a CNTE também tem um Coletivo Nacional LGBT e que vem sendo impulsionado pela CNTE em vários estados. Faz o aviso de que no dia 1º de dezembro, o Sindicato de Santa Catarina (SINTE) vai ter uma atividade de criação do Conselho do SINTE de Santa Catarina. **A Conselheira Priscila** informa que na ocasião da entrega do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, no Senado, houve 50 pessoas barradas na porta. Oferece sua ajuda efetivar o diálogo entre o CNCD/LGBT e a Comissão de Direitos Legislativos na OAB, para que se encontre alguma forma de acesso facilitado ao Senado, sobretudo quando houver alguma votação de interesse da população LGBT. **A Conselheira Jéssica** informa que o Departamento de Gestão Participativa está realizando uma pesquisa, desde o final de 2013, sobre saúde LGBT e no mês de Dezembro as universidades vão se reunir para finalizar a análise dos dados dessa pesquisa. Por essa razão, a Conselheira pressupõe que em 2018 haverá algumas publicações sobre pesquisa da qualidade e do acesso da população LGBT ao serviço de saúde. Acrescenta que o Departamento de Gestão Participativa está finalizando os processos de empenho, de orçamento para alguns convênios e entre eles, conseguiu-se aprovar, previamente, um projeto de capacitação para profissionais de saúde na Região Sul do Brasil. Há, também, a perspectiva de que, a partir do ano que vem, se possa trabalhar com esse projeto de capacitação. Acusou a presença do DAGEP no Primeiro Encontro Brasileiro de Saúde Trans em São Paulo, apoiamos esse evento. O DAGEP tem participado das Reuniões do Conselho Federal de Medicina sobre transexualidade, integrando um grupo de trabalho que discute essa questão. Informou a ida da a ULTRA DF para tratar sobre a alteração na CID – 11, principalmente com relação a transexualidade. Na ocasião a Sociedade Civil foi ouvida e exigiu que o Ministério a alteração do CID 11 na reunião da OMS que vai definir em Maio de 2018 a nova classificação internacional de doença e outras situações relacionadas a saúde. A Conselheira também informa que houve a saída de um dos coordenadores e de duas técnicas da saúde. A equipe LGBT, atualmente, é composta pela Conselheira, pela Sra. Marina Marinho a pela Luana Benício, que também é Servidora. O DAGEP ainda conta com uma pesquisadora que está atuando como bolsista e está articulando algumas pesquisas dentro e fora do Ministério sobre Saúde LGBT. **O Presidente Zezinho** sugere que, enquanto se aguarda a chegada do Secretário Herbert Barros, a Plenária pode se debruçar sobre o documento que se refere às 15 vagas reservadas para a Sociedade Civil no CNCD/LGBT e a dificuldade de preenchimento de uma das vagas destinadas ao Seguimento III - a entidade nacional de natureza sindical, ou não, que congregue trabalhadores ou empregadores, com atuação na promoção, defesa ou garantia de direitos da população LGBT. Informa que depois a eleição da ABL, houve uma conversa com a

Comissão, com dois (02) representantes da Comissão Eleitoral, no sentido da necessidade de se realizar um terceiro processo. E, isso implicaria que na primeira reunião de 2018, teria que ser realizada uma nova assembleia eleitoral e podendo ou não ter candidaturas. Esclarece que o pedido da Mesa Diretora foi no sentido de que não se abrisse essa última vaga em mais um processo eleitoral, sendo que a vaga reminiscente fosse ocupada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que já havia sido habilitada, na primeira etapa da Eleição 2017-2019, mas que não havia sido eleita. Acrescenta que o Conselho preparou uma nota. O Presidente Zezinho pede à Conselheira Mirla para realizar a leitura da Nota. E, posteriormente, entregarmos a comissão eleitoral, para que junto ao CONJUR possam decidir. Após a leitura da nota, houve contribuições do Conselheiro Fábio, da Conselheira Danielle e da Conselheira Irina, Conselheira Keila e Conselheira Mirla. A Nota Técnica, enviada à CONJUR/MDH, encaminhada pela Coordenação-Geral do CNCD/LGBT, se encontra em anexo. A Conselheira Luma pondera que a comunicação tem que ser muito bem oficializada, não sendo extraoficial. Pois, o que ocorre de forma extraoficial pode ser entendido como uma forma de burlar o processo. Porque se a entidade tiver conhecimento antes da tomada de decisão não fica bem, até em relação a outras instituições que por ventura participaram do processo. A Conselheira sugere, já que temos uma presidência interina, que essa comunicação oficial seja dada pela Coordenadora Katia, que é responsável exatamente pelo acompanhamento oficial do Conselho. **O Presidente Zezinho passa a palavra para o Secretário Herbert Barros** que inicia seu pronunciamento. *“Bom dia a todas e todos. É uma satisfação estar com vocês novamente. Bom, acho que há três meses o Secretário Executivo esteve aqui e o Conselho apresentou uma demanda relacionada ao orçamento que seria previsto para a política pública LGBT no âmbito da Secretaria Nacional de Cidadania para o próximo ano. Começo informando que nós ainda estamos no âmbito do processo de elaboração do orçamento, então nós ainda não temos as contas fechadas. Eu vou compartilhar com vocês então as propostas que foram apresentadas pela Secretaria Nacional para atender a política pública LGBT no âmbito da Secretaria Nacional de Cidadania. Eu não tenho no momento informações de outras áreas do Governo, mas entendo que os representantes dessas outras áreas aqui do Conselho também, podem apresentar os seus números. A elaboração de orçamento de 2018 ainda segue no mesmo contexto de restrição das contas públicas que a gente tem enfrentado agora em 2017. Um contexto bastante restritivo, o nosso orçamento praticamente se manteve num mesmo patamar. O orçamento total da Secretaria, das ações sob nossa responsabilidade que são duas. Uma que é focada, que mais consome o nosso orçamento e a outra nos temas de promoção dos direitos LGBT. Para ter uma noção sobre os números globais são o custeio dos dois programas de proteção que nós cuidamos. Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas que demandamos R\$ 19.500.000 e o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos para o qual a gente mandou R\$ 8.788.000. Esses valores basicamente são para manter a estrutura atual desses programas existentes com o crescimento de mais um ou dois, duas unidades do Sistema de Proteção de Pessoas Ameaçadas. Ainda aqui alocamos alguns valores para trabalho escravo e combate a tortura na casa de R\$ 300.000,00 a R\$ 400.000,00 e o restante dos valores dessa são basicamente para a manutenção dos órgãos colegiados vinculados a essas temáticas. Como a Secretária Flávia já expôs em*

outros momentos, a gente tem esse compromisso com todos os colegiados, de mantê-los funcionando integralmente em todas as suas funções e atividades regulares. Então o funcionamento do Mecanismo Nacional de Combate a Tortura do Conselho Nacional de Direitos Humanos também financiado por essa ação e dos dois colegiados focados nessa temática de tortura e trabalho escravo. Na área de Promoção dos Direitos Humanos a gente demandou R\$ 9.000.000,00. Desses valores, a maior parte está dedicado as políticas públicas de promoção aos direitos. Nós demandamos R\$ 2.600.000,00 para a área de Educação e Direitos Humanos que é uma área na qual o investimento é distribuído digamos assim, pelas várias temáticas que nós trabalhamos, entre elas a temática LGBT no âmbito por exemplo da Escola Nacional de Educação e Direitos Humanos que tem enfoques próprios, cursos próprios focados nos direitos da população LGBT. Demandamos R\$ 800.000,00 para a população em situação de rua. R\$ 300.000,00 para Registro Civil de Nascimento e para Diversidade Religiosa. R\$ 300.000,00 para a área de memória e verdade e R\$ 1.000.000,00 para área de Direitos da População LGBT. Essa foi a demanda que nós apresentamos ao ministério do Planejamento com vistas a compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual. Ainda os valores reservados para os colegiados específicos da área de promoção e eu destaco então a demanda para o Conselho LGBT de R\$ 400.000,00 que seria um valor maior do que o que foi disponibilizado nesse exercício para o Conselho. De fato, esse foi a nossa demanda. Quando nós apresentamos essa demanda, o Ministério do Planejamento faz um contraponto com base naquilo que é a expectativa de arrecadação do governo. Dos R\$ 9.000.000,00 demandados para essa questão, o que foi de fato disponibilizado da proposta que foi encaminhada para o Congresso Nacional soma R\$ 4.300.000,00. É bem a baixo, é menos da metade do que nós demandamos. Não por isso a gente se aquietou, a gente tem feito gestões junto ao Congresso Nacional especialmente junto a Relatora Setorial que cuida, o orçamento quando é realizado no Congresso ele é dividido por relatores que cuidam de áreas temáticas específicas, então a Deputada Rosangela Gomes é que está cuidando da área onde o Ministério de Direitos Humanos se insere, já temos feito uma série de diálogos com ela, apresentando demandas relacionadas a esses valores específicos para recomposição naqueles patamares que a gente demandou. Confesso, não fez a distribuição exata desse valor que sobrou em relação as políticas. A gente pode fazer uma regra proporcional simples, talvez ela não seja a mais adequada porque há determinadas demandas que os valores são um pouco inflexíveis, mas o que a gente vai fazer, tendo sido aprovado o Projeto de Lei Orçamentária no Congresso e seguido para a ratificação do Presidente da República, pela sanção do Presidente da República, a gente vai voltar ao Conselho com os valores finais que tenham sido aprovados e a divisão pelas áreas da Secretaria e obviamente com enfoque de vocês, quanto foi atribuído aos direitos da população LGBT. Fizemos também um trabalho e certamente alguns de vocês se envolveram nesse trabalho de busca por emendas parlamentares. O total das emendas parlamentares apresentadas, ainda não aprovadas é de R\$ 1.770.000,00 para o tema de direitos da população LGBT. Algumas dessas emendas já carimbadas para destinatários específicos e para finalidades específicas, como o Estado do Acre, Grupo Arco-íris e outras abertas para a definição da secretaria. Caso sejam aprovadas, vamos elaborar um edital para a seleção de projetos e,

*conjuntamente, nós vamos conversar sobre qual o direcionamento desses valores. Assim como dos valores que tiverem sido aprovados na proposta original da Secretaria. Dentro desses R\$ 4.300.000,00 que eu mencionei. Os valores para a manutenção dos colegiados, a gente faz questão de manter no patamar que foi solicitado, que soma R\$ 600.000,00, dos quais R\$ 400.000,00 destinados ao Conselho LGBT. Então temos o compromisso de que olha, esse valor que nós solicitamos, se o orçamento for aprovado nessa mesma proporção, vamos garantir para a manutenção do funcionamento do Conselho. É uma linha que estamos adotando em todos os grandes colegiados, Conselhos Nacionais, Conselho Nacional dos Direitos Humanos e as Comissões Nacionais para que o próprio colegiado seja capaz de realizar o próprio planejamento para a utilização desses recursos e acompanhar a aplicação que vem sendo feita. Temos, ao longo dos anos, muitas necessidades de ajustes, então por exemplo, chega o tal do contingenciamento, do valor todo que foi aprovado, só está autorizado a usar por determinado período uma parcela dele para fazer o equilíbrio com a arrecadação do governo. Então ao longo do ano a gente fica fazendo esse jogo de planilha, colocando para lá e para cá, para garantir que todos tenham um funcionamento regular garantido. A gente vai continuar dando esse apoio, mas gostaríamos que os Conselhos se responsabilizassem mais utilizando da sua autonomia para gerir o orçamento que é o principalmente para suas passagens e diárias, ou para outras demandas, a gente vai buscar outras fontes. Então Presidente Zezinho, essa é a contribuição que eu tenho condições de trazer, mas como já disse, a gente tendo o orçamento aprovado, fechado, nós podemos voltar e definir com a definição dos valores, dos recursos que serão alocados para essa temática, da gestão do Conselho e enfim, todos os valores que forem de interesse do Conselho conhecer. O **Conselheiro Washington** inicia o debate focalizando o cenário de recursos escassos ainda persistente para o ano de 2018. Nesse sentido, este fato não só a Câmara Técnica, mas todo o Conselho Nacional LGBT precisa que esses números sejam cada vez mais transparentes, no sentido que de se monitorar cada recurso que é alocado. O Conselheiro afirma que, na perspectiva da Secretaria, o montante destinado para o funcionamento do Conselho é de R\$ 400.000,000. Demonstra a preocupação com as atividades internas que são as reuniões ordinárias e bimestrais e com manutenção das atividades externas. Por essa razão, a Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT elaborou uma proposta de resolução, buscando garantir que as atividades do CNCD/LGBT sejam garantidas, mesmo aquelas fora de Brasília, pois o Conselho precisa ter, cada vez, mais mobilidade indo para a base. Cita como exemplo a reunião itinerante, realizada no Estado do Amazonas que resultou na criação de mais um Conselho LGBT. Conselheiro Washington faz a leitura da Minuta da Resolução N<sup>a</sup> 19, de 2017. A **Conselheira Luma** inicia o debate agradecendo a presença do Secretário Herbert Barros. Em seguida, a retirada da ordem do dia do Senado um PLS que traria benefícios à população LGBT, por falta de quórum. Acrescenta que o CNCD/LGBT não tem um fundo financeiro porque os parlamentares não conseguem aprovar um fundo para o Conselho. O CNCD/LGBT depende, exclusivamente, da ação do próprio do Ministério, já que só há possibilidade de mobilidade do CNCD/LGBT a partir desses recursos para um planejamento de iniciativas. Destaca que o CNCD/LGBT tem uma reunião a cada dois meses, embora a Conselheira*

conheça conselhos que tem reuniões todos os meses. Pondera que não é só do Conselho da Criança e do Adolescente, não é só do Conselho do Idoso, o CNCD/LGBT também necessita dos mesmos direitos de acesso do que os outros Conselhos. **Conselheira Keila Simpson** explicita que o CNCD/LGBT está constituído já há bastante tempo. A Conselheira diz parecer que o CNCD/LGBT fica sempre mendigando recursos para que seus membros possam fazer aquilo pelo qual foi instituído oficialmente para fazer. Acrescenta que é dispendioso quando Conselheiros passam 20 horas viajando, um Conselho que trata de uma das pautas mais emergentes no Brasil que é a violência contra a população LGBT, é o país que mais mata. Se os membros do CNCD/LGBT só se reunirem a cada dois meses para as reuniões para deliberar sobre políticas públicas, estaremos fazendo somente parte do papel do CNCD/LGBT. Sinaliza a importância do que afirmou anteriormente, visto que quando um LGBT é violentado em qualquer parte do Brasil, há necessidade de resposta deste Conselho. É preciso que o Conselho esteja presente, não só oficialmente, mas também nas ações conduzidas pela gestão estadual e/ou municipal. A Conselheira afirma que é importante pensar na estrutura e no seu respectivo orçamento de R\$ 400.000,00. Sugere, também, que quando chegar o orçamento definitivo, seria importante que o CNCD/LGBT possa participar de ações externas do Conselho. Segundo a Conselheira, o CNCD/LGBT não se estabelece somente a partir das reuniões do Colegiado. Considera que o CNCD/LGBT necessita ser itinerante e atuante nessas ações emergentes. A Conselheira chama atenção para o fato de no Planejamento de 2018 é necessário incluir essas ações para que o CNCD/LGBT seja proativo, por intermédio da publicação de Resoluções; nas intervenções e na atuação política. **A Conselheira Daniele propõe a inclusão do seguinte texto na Resolução:** “Considerando o princípio da economicidade da administração pública, garantir a emissão de passagens com antecedência de Conselheiras e Conselheiros da Região Norte e de cidades com poucas ofertas de voo”. Dentro de um orçamento apertado, não só pelo orçamento, mas também para garantir uma participação com qualidade, porque é muito difícil você pegar voos que você passa várias horas viajando para chegar aqui e ter condições de produzir ou debater com qualidade. A **Conselheira Maria José** solicita ao Secretário o esclarecimento de uma dúvida. É possível o MDH mapear a temática LGBT e localizar aonde está ocorrendo inserção orçamentária, pois é esperado que tenha havido a transversalidade na preparação do PPA (Plano Plurianual), envolvendo vários Ministérios, para que o CNCD/LGBT possa acompanhar e monitorar. Sugiro também que a Escola Nacional de Direitos possa de capacitar as entidades da sociedade civil para a produção de projetos. A Conselheira informa que o Ministério da Justiça tem um fundo de direitos difusos oriundo de multas aplicadas a quem cometeu atos de racismo. A Conselheira sugere que o CNCD/LGBT possa inserir a temática LGBT, embora a LGBTfobia não seja crime, ainda. **Conselheiro José Felipe** acha paradoxal um Ministério dos Direitos Humanos de um País mais mata um LGBT, a cada 27 horas ter os recursos de R\$ 400.000,00 para chegar até os municípios, fomentando uma cobrança muito grande para nós Conselheiros e Conselheiras. Acrescenta que tão importante quanto a ampliação do orçamento para o ano de 2018 é a busca por recursos para a realização da 4ª Conferência Nacional de Direitos Humanos de LGBT cuja convocação será para o ano de 2019. O **Conselheiro Delmiro** chama atenção para o assassinato de



quatro (04) LGBT no mês de outubro, em Roraima: uma (01) travesti e três (03) gays. O Conselheiro acrescenta que três (03) corpos tinham marcas de pauladas e pedradas, ocorridas num campo de futebol em um bairro periférico do meu Estado. Relata que no estado do Amazonas houve três mortes. O Conselheiro registra que em todos os grupos de sua rede social sempre noticiam uma morte atrás da outra das travestis, dos gays. Enfatiza que ninguém fica sabendo para aonde vão as denúncias dessas mortes e como estão acontecendo as investigações. O Secretário Herbert dá início as respostas ao CNCD/LGBT: “Prezados Conselheiros e Conselheiras, eu quero contribuir com a reflexão de vocês, não me posicionando ao contrário a Resolução, mas um elemento importante, inclusive do controle social em relação a esses gastos, mas contribuir na reflexão exatamente na linha que a Conselheira mencionou. Nós temos um emaranhado de regras estabelecidos na portaria e regras de fluxos que nós temos que seguir dentro do Ministério. Para além desses, temos algumas condições que muitas vezes ultrapassam a regularidade que essas normas preveem. Nós, de fato, precisamos equilibrar a previsão com a expectativa de que seja o menor custo, menor duração, com a maior antecedência possível para se viabilizar o menor custo nos melhores voos. É um jogo complexo a ser feito, em um momento que se está procedendo as reservas e a emissão e no contexto de restrição em que vivemos. É uma explicação positiva e não uma justificativa para o que acontece. O que nós temos é um limite de gastos com passagens e diárias estabelecido e uma disponibilidade financeira para a emissão, de fato, que não é integral ao longo do ano. Eu quero reiterar que a equipe se esforce em viabilizar a antecedência dos pedidos. A Katia encaminha para nós, com 20 quase 30 dias de antecedência para recebermos uma autorização da Secretaria Executiva do Ministério, quando essa autorização volta, temos que fazer o lançamento no Sistema de Passagens. Se o recurso financeiro estiver disponível no Sistema, nós conseguimos processar. Se não precisaremos aguardar até que o recurso esteja disponível para iniciar o processamento que, muitas vezes, acontece fora do prazo regulamentar. Temos a expectativa de que no relatório de gestão do ano que vem, a Secretaria leve um puxão de orelha dizendo “Olha, vocês estão emitindo muitas passagens fora do prazo regulamentado de 10 dias” e nós estamos de fato, mas eu vou reiterar o nosso compromisso em buscar os melhores trechos. Eu quero reiterar que é importante sim o Conselho faça essa manifestação, acho que o princípio da economicidade tem que ser considerado. **Conselheiro Washington passa a fazer a leitura dos trechos que foram alterados pela Plenária. Após a leitura, o CNCD/LGBT entra em regime de votação: Conselheiro Washington da REDE AFRO LGBT: Aprovada; Conselheira Maria José da SNPIR/MDH: Aprovada; Conselheira Mirla do CFESS: Aprovada; Coordenadora Marina MDH: Aprovada; Conselheira Priscila da OAB: Aprovada; Conselheira Patrícia da ALIANÇA NACIONAL LGBTI: Aprovada; Conselheira Irina da SPM/PR: Aprovada; Conselheira Luma da ABEH: Aprovada; Conselheiro Daniel do FONAJUNE: Aprovada; Conselheiro Fábio da SPREV/MF: Aprovada; Conselheiro José Felipe da ARTGAY: Aprovada; Conselheira Jéssica do Ministério da Saúde: Aprovada; Conselheiro Delmiro da CUT: Aprovada; Conselheiro Cássio da ARTGAY JOVEM: Aprovada; Conselheira Keila Simpson da ANTRA: Aprovada; Conselheira Jovanna do FONATRANS: Aprovada; Presidente Zezinho Prado da CNTE: Aprovada. O**

Presidente anuncia que a Resolução foi aprovada, por unanimidade. **O Secretário Herbert** explicita que *“a Secretaria irá reorganizar o trabalho com a Secretaria para aprovação e disponibilidade dos recursos para que eles possam ser processados, aperfeiçoando processo para garantir os voos mais adequados para a atuação de vocês. Acrescenta: “Em relação a outras demandas relacionadas a passagens, queria destacar as necessidades de deslocamento de Conselheiros para eventos e deslocamento para acompanhamento de situações de violações que tenham acontecido e vou incluir nessa resposta a questão das frequências das reuniões, Presidente, e da duração. Um dos ganhos, digamos assim, que há com a definição prévia de limites e valores estabelecidos para cada um dos colegiados é viabilizar que o próprio colegiado faça a gestão desses recursos, então, assim que nós tivermos o orçamento aprovado e a definição de limites, eu entendo que compartilharemos com o Conselho, Presidente, esse planejamento e as definições das viagens para caberem dentro daqueles limites estabelecidos. Obviamente, em havendo necessidade, o Conselho pode e deve pleitear o Ministério a ampliação se considerar necessária frente a um planejamento. Agora, isso é muito importante, toda a nossa negociação lá com o Secretário Executivo para ampliação de limites ou tudo mais, ele nos demanda e qualquer órgão isso vai ser demandado, cadê o Plano? Com base em que você está me solicitando esses recursos adicionais? Como eu falei, a gente havia um limite estabelecido para todos os Colegiados e a Secretaria da Cidadania de 2.100.000, em Julho a gente sabia que o recurso não seria suficiente. Em Agosto a gente fez um levantamento de toda previsão de viagens até o final do ano e em Setembro a gente foi negociar com o Secretário, “Olha Secretário, não é o suficiente, está aqui o nosso plano, esses aqui são os valores considerando a aquisição com nessa antecedência, a gente precisa que os recursos tenham disponibilidade com essa antecedência para a garantia desses valores” e vamos trabalhando com base nesses números na disponibilização. Ele até aqui tem cumprindo com todas as demandas que nós levamos, inclusive as demandas extras que eventualmente tem vindo, por exemplo, o CNCDH, aliás precisaria se deslocar com urgência para Marabá por conta de uma situação de conflito fundiário em uma fazenda lá, então estamos tratando isso, buscando viabilizar todas as necessidades dos Conselhos dentro dos seus planejamentos, então reforço a importância de assim que tivermos esses valores, termos o planejamento de vocês. Um esclarecimento que eu acho necessário em relação aos Conselhos que tem fundos. Os dois Conselhos que tem fundos do Ministério que são os Conselhos de Criança e Adolescência e de Idosos que gerem fundos. Os fundos não se prestam a garantir as reuniões dos Colegiados. Essa é uma informação importante para vocês, eles saem da mesma fonte de recursos gerais do Ministério. Os fundos se prestam aos editais de projetos que são implementados por esses Colegiados, então o fato de ter fundo, não garante nenhuma qualidade extra, digamos assim, de custos de reuniões ou a sua periodicidade. É uma definição que os Conselhos estabelecem seus regimentos, obviamente de forma negociada, então, Presidente, se há uma demanda desse colegiado de aumentar a frequência com essas suas reuniões é importante que ela seja levada a Secretaria, nós vamos levar ao Secretário Executivo, eventualmente, obviamente o senhor pode ir direto ao Secretário Executivo negociar isso, mas importante levar com uma expectativa de impacto de gastos que essa decisão pode acarretar.*

*A reunião ser dois dias ou um dia e meio a rigor não causa muita diferença porque o valor da diária vai ser o mesmo, aumenta uma ou meia diária, então não faz uma grande diferença. Poderemos viabilizar isso sem maiores dificuldades. Indo para outros temas que foram destacados, a Conselheira Maria José traz uma informação que é relevante, o que eu imagino, não conheço muito de perto a dinâmica da Câmara sobre a parte de orçamento e finanças, mas imagino que a Câmara já tenha demandado aos órgãos as suas disponibilidades que deve aplicar a pauta LGBT. É um trabalho que pode ser feito, que podemos contribuir, sem dúvida, podemos envolver o próprio Ministério do Planejamento nisso e internamente a gente se incumbem, né Marina, de demandar a Secretarias internas do Ministério essas informações para apresentar então ao Colegiado. Por fim Presidente, Conselheiros e Conselheiras. Queria reiterar a minha disponibilidade, minha disposição, em trabalhar junto com vocês ciente da responsabilidade que vocês tem em controlar a nossa atuação como um controle social, vários de vocês eu já conheço, mas trabalho com a temática LGBT a muitos anos, sou servidor dessa Secretaria desde 96, então acompanhei os primeiros eventos em que a gente começou a trabalhar a pauta LGBT ainda no final dos anos 90. Acompanhei todo o processo de elaboração do Plano Brasil sem Homofobia, dos PMDHs, dos três PMDHs, depois o Plano de Combate a Violência Homofóbica, enfim, é uma pauta com a qual eu já trabalho há algum tempo e em determinada época não existia uma coordenação LGBT e eu acompanhava muito diretamente os projetos dessa área. Não sei se vocês vão lembrar um edital que aconteceu com uma certa quantidade de recursos que ajudaram com a criação de serviços de atendimento a violência e a população LGBT, eu coordenei aquele processo do edital de forma que eu sigo nessa perspectiva de defesa dos direitos, de combate a violência. Luma mencionou a minha religiosidade, ela em nada prejudica, antes ela me incentiva a garantir o respeito à vida e à diversidade da vida humana, vocês têm em mim um aliado nesse sentido também. Marina é a nossa representante, a gente ainda tem uma questão, uma definição sobre a representação aqui no Colegiado, mas independente de quem for, sempre que necessário, vou buscar me fazer presente até que se defina pelo menos quem vai ser o novo Diretor, o novo dirigente da pasta aqui, da pasta aqui da Secretária que está vago, ou Secretária, não sei quem virá. É isso, muito obrigado, estou à disposição Presidente".* O Presidente Zezinho da como encerrada a primeira parte da 41ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT. A Segunda parte da 41ª Reunião Ordinária foi retomada as 14hs, no mesmo local. A **Coordenadora Marina inicia a proposta de realizar uma pequena** avaliação das atividades realizadas pela Coordenação LGBT, buscando articular a política com outros Ministérios. Neste sentido a Conselheira destaca a reunião que acontecerá em dezembro com o MEC para tratar do tema PRONATEC e da inclusão das mulheres transexuais, travestis no Programa Mulheres Mil. A Conselheira informa que para o Ministério do Trabalho a Coordenação elaborou uma nota técnica pedindo que o Ministério inclua do nome social dentro do CINE. A Coordenação está encaminhando uma circular para conhecer a implementação do Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis, transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A Conselheira acrescenta que a Coordenação está dando continuidade a consultoria relativa a elaboração dos relatórios de Violência Homofóbica e, também a consultoria responsável pela elaboração do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica. Segundo a Conselheira, na próxima reunião do CNCD/LGBT já será possível apresentar resultados de ambas as consultorias. Com relação as emendas parlamentares, a Conselheira informa que a Coordenação conseguiu mobilizar um total de R\$ 1.700.000,00. O Presidente passa a palavra para a Consultora Camila para que o CNCD/LGBT tenha conhecimento do

andamento da elaboração do Pacto Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia. A Consultora inicia a apresentação das atividades realizadas na fase de ir aos estados para apresentar o modelo de gestão da iniciativa, apresentada por ela. Segundo a Consultora é um modelo ou uma proposta de ações que foram construídas, a partir das resoluções de conferências, das ações apontadas pelo CNCD/LGBT e por outros autores da política, em vários momentos. Também há a intenção de saber dos estados têm interesse em uma futura adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência LGBTfóbica. A Consultora já visitou a Região Norte e a Região Centro-Oeste. A Consultora informa que também será possível se obter um diagnóstico, ainda que superficial, de como a política está sendo gerida nos estados, de como a participação social está sendo articulada pelo próprio estado, pelas próprias entidades. **Conselheira Marina complementa** que em Santa Catarina, por exemplo, não tem gestor em nenhum Município e nem no Estado para a pauta LGBT. Tem um Conselho Municipal de Florianópolis que foi muito batalhado, pela Sociedade Civil, em especial pela Ex-Conselheira Guilhermina. **Conselheiro José Felipe** informa que o ambulatório TT, na Paraíba não existe. É apenas um prédio, um elefante branco e tem apenas o serviço de assistente social, de psicólogo que faz o acompanhamento de quem está lá cadastrado e isso é uma informação que eu tenho, porque sou Conselheira Nacional da saúde e essa política que o Governo do Estado vende de que o ambulatório da Paraíba está as mil maravilhas, não está. O Conselheiro sugere à Consultora um diálogo maior com o Conselho Nacional de Saúde, Conselho Estadual e Municipal de Saúde para ver como é que está essa política realmente, porque se você vai lá dialogar com o gestor e não dialoga com o Movimento Social, você volta e ele até faz uma fala muito bonita, diz que tem gestor, que tem a política, mas o movimento social, na prática que está vivendo, não tem acesso a política. Eu digo isso por experiência própria, porque sou Conselheiro Estadual e vamos tomar posse agora e a primeira coisa que nós vamos cobrar do Governo do Estado é que ele estimule os 223 Municípios a implementar seu plano Municipal para ter acesso inclusive aos recursos. Na sequência, o **Presidente Zezinho** informa o não comparecimento do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a apresentação do Pacto de Redução de Homicídio, iniciando, portanto, iniciando a apresentação do Programa Juventude VIVA. **A Conselheira Maria José** justifica que não faz parte do Programa e que por essa razão, montou uma apresentação simples, mas ao final se dispõe a levar as perguntas que não souber responder para os integrantes da SNPPIR, responsáveis pelo Programa. A Conselheira dá início a sua apresentação, explicitando que o objetivo do Plano não é combater a violência, mas sim o de reduzir à vulnerabilidade dos jovens expostos a situação de violência. Acrescenta que a base de dados usada é o mapa da violência e o atlas da violência do IPEA. Explica que o mapa da violência ressalta que os homicídios são, majoritariamente, de jovens negros do sexo masculino e é a principal causa de mortes de jovens de 15 a 29 anos. Destaca que as maiores áreas de violência são periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Resume que segundo os dados da CPI do Senado, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Afirma que ainda considerando essas estatísticas, observa-se que entre 2003 e 2014, as taxas por homicídios de brancos, por armas de fogo, caiu em 27.1%, enquanto entre negros aumentou 9.9%. Chama atenção para o crescimento de 18.2% na taxa de homicídios de negros e a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12.2%, e o risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio era 2.6 vezes maior que o jovem branco. Informa que o Plano teve algumas ações bem reduzidas, mas em 11 de Agosto, foi retomado oficialmente por meio de uma portaria interministerial Nº 44, de 29 de Junho de 2017. Esclarece que a Portaria criou o Comitê Gestor da Juventude Viva. Informa que o Plano Juventude Viva tem basicamente quatro eixos: A desconstrução da cultura de violência, a inclusão a oportunidade de

garantia de direitos, a transformação de territórios e o aperfeiçoamento institucional, para serem desenvolvidos para um público jovens, prioritariamente, negros em situação de vulnerabilidade social ou disposição a situação de violência. Acrescenta que o Plano Juventude Viva contempla 142 municípios, em estados mais violentos: Paraíba, Bahia, Alagoas, Pará, Sergipe, Maranhão e Goiás, com o maior número absoluto de homicídios segundo dados do sistema de informação sobre mortalidade. Programa Juventude Viva. A seguir, a Conselheira descreve as etapas para o desenvolvimento do Programa: primeira: a pactuação entre Governo Federal, Estadual e Municipal, para estabelecer as metas do plano; a segunda etapa é a constituição do comitê, escolhas dos membros, com a representação das Secretarias e da Sociedade Civil; a terceira é a elaboração de diagnóstico local, análise dos dados para mapear os locais de maior vulnerabilidade, a implantação de núcleos, o mapeamento dos autores sociais, dos territórios escolhidos, a ativação das redes sócio comunitárias. E, em seguida a elaboração do plano municipal. Menciona que Plano está em processo de reestruturação, por meio de um acordo de cooperação técnica entre a SNJ e a UNESCO. Para concluir, a Conselheira informa que foram contratados cinco consultores que trabalharão até Março de 2018. O **Conselheiro Washington** diz que, além das perguntas, irá fazer algumas recomendações. Comenta que Uma das primeiras atualizações a serem feitas é a atualização dos dados dos estados mais violentos, porque o estado do Espírito Santo, o estado de São Paulo, nos dias de hoje, são os estados mais perigosos para a juventude negra, sobretudo por efeitos que o próprio racismo produz nesses locais. Declara que ficou muito nítido nas ações recentes, apresentadas pela Conselheira Maria José, é o recorte por orientação sexual e identidade de gênero, efetivando a parceria entre a Secretaria de Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Juventude e a Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT. **Conselheiro Daniel** afirma que o Plano Juventude Viva é voltado para a juventude, e diz ser fundamental, já que pensa a partir de uma perspectiva LGBT da juventude negra. Adicionalmente, diz que o que mudou foi só a propaganda do Juventude Viva, porque os dados são os mesmos e continua sem orçamento. Comenta que não dá para se discutir política de redução de mortalidade da juventude, como também de populações das mais diversas, inclusive da LGBT, sem pensar em orçamento. Faz a crítica que é um programa que não tem efetividade nenhuma na ponta. Diz-se preocupado em saber que o Programa continua sem previsão de orçamento, e não está conseguindo reduzir homicídio. A isso, o Conselheiro acrescenta a falta de discussões sobre a população de LGBT e a de gênero, excluindo, dessa forma, as mulheres. O Conselheiro diz ter trabalhado no Programa no Juventude Viva, na demarcação de territorial do DF. **Conselheiro Felipe** afirma que a discussão sobre o tema fica prejudicada com a ausência do Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Para o Conselheiro não dá para discutir o Programa Juventude Viva sem dialogar com o principal Ministério que tem resistência desde a criação do Programa, que foi concebido, inicialmente, por onze Ministérios e previa editais específicos, bem como orçamentos específicos. Sugere que a Secretaria dialogue com o Conselho Nacional de Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CONANDA já está debruçado sobre as dificuldades deste Programa. O Presidente dá início aos relatos da 35ª Reunião Ordinária as Câmaras Técnicas. **Conselheiro Washington** avisou que a Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT trabalhou na consolidação do texto da Resolução. **Conselheira Luma** faz o relato da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas: Presentes: Conselheira Patrícia, da Aliança Nacional LGBTI; Conselheira Priscila, da OAB. A Conselheira Luma informa que a Câmara se deteve em fazer uma avaliação do que tínhamos produzido desde o início da gestão. Segundo a Conselheira Luma, houve algumas produções provenientes das contribuições do Conselheiro Lucas (OAB), tais

como: moções, notas em relação aos projetos que estão tanto na Assembléia, quanto no Senado. A Câmara também deu início a leitura do Regimento Interno do CNCD/LGBT para atualizá-lo. Também houve espaço para orientação das ações futuras. Também foi aprofundado a elaboração de um documento que dê ao CNCD/LGBT acesso livre durante as ações voltadas para o 17 de Maio. A Câmara Técnica considerou importante agendar uma reunião com a Ministra para criar estratégias de pressão aos parlamentares para acelerar os projetos que eram de nosso interesse. **Conselheira Maria José** apresentou um breve relato da Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT que se debruçou na avaliação das atividades realizadas, a saber: visitas técnicas, em especial à visita ao Disque 100; nas pautas que resultaram na abertura de editais de consultoria, como foi o caso da elaboração dos Relatórios de Violência e a d Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, além das pautas articuladas com o CONANDA e CNAS. Sem mais pautas a tratar o Presidente Zezinho encerra a 41ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT.